



TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1.

Contratação de empresa especializada para aquisição de combustíveis para abastecimento de máquinas e equipamentos pesados para manutenção da secretaria de obras do município..

1.2. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no município de Otacílio Costa/SC, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste instrumento e seus Anexos.

Secretaria Municipal de Obras					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	47.021,94	LT	Óleo Diesel Comum	6,38	300.000,00

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - Em face da necessidade de aquisição do combustível para o abastecimento de máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Obras, no âmbito de Convenio Simplificado já citado no item 1 e planos de trabalho anexos à este Termo de Referência;

2.2. Considerando as limitações orçamentárias do município para custear a aquisição de combustíveis, foi elaborado Plano de Trabalho para a Secretarias já mencionada, que possibilitou a formalização de convênio **SCC 00004863/2026 R\$ 300.000,00**,(Trezentos mil reais) sendo distribuídos para Secretaria de obras.

2.3. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, visando garantir a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público, conforme os princípios da legalidade, economicidade e transparência. O abastecimento ocorrerá conforme demanda da Secretaria, sendo essencial para atender os cronogramas de serviços das mesmas, conforme Plano de Trabalho;

2.4. O preço estimado da contratação foi obtido através de Mapa Comparativo de Preços, de empresas e calculado a média aritmética simples.

Os recursos para esta contratação são oriundos de apoio financeiro concedido por Emenda Parlamentar para o Município de Otacílio Costa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 – A solução consiste na contratação de empresa fornecedora de combustíveis instalada no município de Otacílio Costa/SC, para abastecimento da frota de máquinas e equipamentos pesados da Secretaria Municipal de Obras, responsável por uma ampla gama de serviços essenciais para o bom funcionamento da infraestrutura urbana e rural do município, tais como a manutenção de estradas vicinais, limpeza urbana, manutenção de bueiros, tubulações, caixas de rede de esgoto, transporte de materiais, manutenção de espaços e vias públicas, dentre outras atribuições;

3.2 – O abastecimento será realizado diretamente no ponto de venda da empresa contratada. O caminhão comboio, será responsável por realizar o abastecimento do combustível no fornecedor contratado e a posterior distribuição à frota do maquinário da Secretaria de Obras. O controle desse abastecimento será feito por meio de bloco padronizado de Formulários de Solicitação de Abastecimento, preenchido manualmente pelo servidor responsável pelo caminhão comboio e entregue aos operadores no momento do abastecimento.

3.3. Os combustíveis adquiridos devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

3.4 - A Prefeitura obedece ainda à utilização de uma margem de segurança dos estoques, para evitar o desabastecimento dos equipamentos considerados essenciais para a continuidade dos serviços da Secretaria.



O controle do consumo será feito de forma planejada, monitorada e registrada por servidores designados pela Secretaria de obras;

3.5. Ficam dispensados Estudos Técnicos Preliminares, apenso ao Termo de Referência por tratar-se de aquisição de combustíveis oriundos de Convênio de Emenda Parlamentar, que fazem parte deste Termo de Referência;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Os fornecedores quando da contratação deverão atender as demandas da Secretaria de Obras do Município, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, possibilitando propostas mais vantajosas mediante competição do menor preço.

4.2. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, ficando a execução dos serviços restrita à contratada devidamente habilitada e classificada no certame.

4.3. Não será exigida garantia contratual, tendo em vista a natureza do objeto — fornecimento de bens de consumo imediato — e considerando a previsão do art. 96, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Não será exigida apresentação de amostras, uma vez que se trata de combustível automotivo regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), com especificações técnicas definidas em normas oficiais.

4.5. Não será exigida vistoria prévia, considerando que o abastecimento ocorrerá em postos de combustíveis devidamente credenciados, situados no município de Otacílio Costa/SC, devendo o local de fornecimento atender integralmente às normas aplicáveis e às condições de segurança e qualidade estabelecidas pela ANP.

4.6. A contratada deverá garantir que os combustíveis fornecidos estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas pela ANP, sendo vedado o fornecimento de produto adulterado, fora de padrão ou em desacordo com as normas vigentes.

4.7. O abastecimento deverá ocorrer mediante requisição formal da Secretaria já mencionado neste Termo de Referência, com emissão de nota fiscal individualizada por abastecimento, contendo obrigatoriamente: dados do caminhão, máquina e equipamento, tipo e quantidade do combustível, data e horário.

4.8. A contratada deverá disponibilizar relatórios consolidados mensais com o controle de abastecimento por unidade e por tipo de combustível, possibilitando a rastreabilidade, fiscalização e controle da execução contratual.

5 - EXECUÇÃO CONTRATUAL ENTREGA CRITÉRIOS E ACEITAÇÃO

5.1. O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, ou até o exaurimento do saldo financeiro disponível, o que ocorrer primeiro, conforme previsto neste Termo de Referência.

a) O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as demandas da Secretaria de Obras do Município de Otacílio Costa/SC, mediante requisição formal;

b) O abastecimento deverá ocorrer de forma imediata após a apresentação da requisição, não sendo admitida recusa por parte da contratada, salvo em casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados;

5.2. Os serviços de fornecimento de combustíveis (abastecimento) serão prestados diretamente em posto de combustíveis localizado no município de Otacílio Costa/SC, conforme endereço indicado na proposta vencedora do certame.

5.2.1. Caso não seja possível o atendimento na data ou no momento da requisição, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência, para que eventual pleito de reprogramação seja analisado pela Secretaria, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3. Não se aplica a exigência de prazo de validade, tendo em vista tratar-se de fornecimento imediato de combustível automotivo, produto de consumo instantâneo e regulamentado por normas da ANP.

5.4. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

a) Controle de abastecimento por meio de requisição formal, contendo dados do veículo, tipo de combustível e quantidade solicitada;

b) Emissão de nota fiscal individualizada por abastecimento, contendo placa do veículo, data, horário, tipo e quantidade de combustível;

c) Disponibilização de relatórios mensais consolidados, contendo o consumo por veículo e por tipo de combustível, para acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

5.5. Os combustíveis fornecidos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no momento do abastecimento, pelo(a) servidor(a) designado(a) para acompanhamento e fiscalização do contrato, para



posterior verificação de conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6. Os combustíveis poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas pela ANP ou com as condições pactuadas, devendo ser substituídos de imediato, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato e na legislação vigente.

5.7. O recebimento definitivo será considerado com a entrega dos relatórios mensais consolidados, devidamente conferidos e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde, não excluindo a responsabilidade civil da contratada pela qualidade e regularidade do fornecimento.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens fornecidos nem a responsabilidade da contratada pela fiel execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Receber o combustível no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade e as especificações constantes no anexo deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

6.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na entrega, no prazo de 02 (dois) dias úteis;

6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão e ou servidor especialmente designado;

6.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do material, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

6.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações de referência e quantidades.

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, o objeto com não conformidade;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução das aquisições, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.

7.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art.71 da Lei 8.666/93).

8 - ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. A garantia legal ou contratual tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

9.1 - ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL



9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato,

determinando o que for necessário.

9.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação

que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

9.1.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.1.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.1.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

9.1.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.1.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Secretaria de Obras do Município convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de recebimento e fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.1.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.1.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais, Estaduais e Municipais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais, Estaduais e Municipais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

10 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO E REAJUSTE

10.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após a emissão da NFE. A nota fiscal eletrônica deverá ser enviada no seguinte e-mail nf@otaciliocosta.sc.gov.br.

10.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 20 (vinte) dias após a data de sua apresentação válida.

10.3. O Pagamento será procedido através de depósito em conta corrente cujo contratado é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, não podendo conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas.

10.4 - Dos reajustes



10.4.1 Na hipótese de sobrevir em fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços, notas fiscais de transporte, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

II - Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada.

11 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. - Modelos de Modalidade de Licitação:

11.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por Lote, com fundamento no art. 28, inciso II, combinado com o art. 6º, inciso XL, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as demais disposições legais aplicáveis e os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

11.1.2. - Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União www.portaldatransparencia.gov.br/ceis

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

11.1.3. - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.4. - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.5. - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.6. - O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.1.7. - Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.1.8. - É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.1.9. - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.1.10. - Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.1.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.2. - Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.2.1. Habilitação Jurídica:

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

11.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

A comprovação da **REGULARIDADE FISCAL** será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas; b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.2.4. Qualificação Econômica Financeira:

A comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

Certidão negativa de concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do (a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do (a) licitante.

11.2.5. Comprovação de Qualificação Técnica:

a) Comprovação que possui registro de revendedor varejista na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP para os itens cotados.

b) Alvará de Localização emitido pela Prefeitura Municipal Otacílio Costa/SC.

12- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados pela seguinte dotação:

Fonte de Recursos: Dotação:

DOTAÇÃO:73 - 1.701.0000.0064 - R\$ 291.021,60; e 73 1.500.0000.0117 - R\$ 8.978,40

Otacílio Costa/SC, 14 de maio de 2026.

Milton José Ruher

Secretário de Obras



		PLANO DE TRABALHO		FOLHA 1/3	
1 - DADOS CADASTRAIS PROPONENTE					
ÓRGÃO/ENTIDADE					CNPJ
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OTACILIO COSTA					75.326.066/0001-75
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA)				NÚMERO	COMPLEMENTO
AV. VIDAL RAMOS JUNIOR				228	
CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	
88540-000	CENTRO	OTACILIO COSTA		SC	
E-MAIL		DDD	TELEFONE	CELULAR	
convenios@scgestao.com.br		49	3221-8019	(49) 99126-1001	
CONTA CORRENTE		BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA PAGAMENTO	
		BANCO DO BRASIL	4019-3	OTACILIO COSTA/SC	
NOME DO RESPONSÁVEL				CPF	
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA				017.468.939-07	
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	FUNÇÃO		Matrícula	
3.199.199 / SSP-SC	PREFEITO	AGENTE POLÍTICO		91215	
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA)				NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA EBERT DUCKESTEIN				333	
CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	
88540-000	POÇO RICO	OTACILIO COSTA		SC	
E-MAIL		DDD	TELEFONE	CELULAR	
fabiano.gabinete@otaciliocosta.sc.gov.br		49	3221-8000	(49) 99126-1001	
2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO					
TÍTULO DO PROJETO				PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Aquisição de combustível para manutenção da secretaria de obras do município.				INÍCIO	TÉRMINO
				Março/2026	Março/2027
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO					
Apoio Financeiro para aquisição de combustível para manutenção da secretaria de obras do município de Otacílio Costa/SC, a fim de possibilitar acesso aos serviços básicos a todos os munícipes com estradas de boa qualidade e em condições de trafegabilidade.					
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO					
A Secretaria Municipal de Obras é responsável por uma ampla gama de serviços essenciais ao bom funcionamento da infraestrutura urbana e rural do município, tais como a manutenção de estradas vicinais, limpeza urbana, coleta de resíduos, transporte de materiais, manutenção de espaços públicos, dentre outras atribuições. Para a execução eficiente dessas atividades, a Secretaria dispõe de uma frota de veículos e máquinas pesadas que demandam abastecimento constante de combustível. A aquisição regular de combustível é, portanto, indispensável para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população. Atualmente, o município enfrenta limitações orçamentárias que dificultam a manutenção adequada do estoque de combustível necessário para atender à demanda crescente de serviços, especialmente em períodos de maior exigência, como os meses de inverno, quando há necessidade intensificada de patrolamento e conservação das vias rurais e urbanas devido às chuvas e ao aumento do fluxo de veículos pesados. Diante disso, solicita-se a liberação de recursos financeiros para a aquisição de combustível, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das atividades da Secretaria de Obras. A disponibilização desses recursos permitirá a continuidade dos serviços essenciais de manutenção da malha viária, transporte e suporte operacional, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável do município. Assim, esta solicitação se justifica pela necessidade urgente de manter as operações da Secretaria de Obras em pleno funcionamento, assegurando que os serviços públicos de responsabilidade desta pasta não sejam interrompidos por falta de insumos básicos como o combustível.					



 GOVERNO DE SANTA CATARINA	PLANO DE TRABALHO	FOLHA 2/3
---	--------------------------	----------------------

3 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)					
DESPESA		NATUREZA DA ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO					
3.3.90.00.00.00.00		Custeio para Aquisição de Combustível		R\$ 300.000,00	
TOTAL GERAL			R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO							
META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
				UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
1	1.1	Custeio para Aquisição de Combustível	Otacílio Costa	Litros	-	Março/2026	Março/2027

 GOVERNO DE SANTA CATARINA	PLANO DE TRABALHO	FOLHA 3/3
---	--------------------------	----------------------

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)					
VALOR DAS PARCELAS					
Meta	PARCELA 1	PARCELA 2	PARCELA 3	PARCELA 4	Total
1	R\$ 300.000,00				R\$ 300.000,00
	TOTAL				R\$ 300.000,00

6 – Assinatura do Proponente	
Otacílio Costa, 17 de março de 2026.	<p>FABIANO BALDESSAR DE SOUZA:01746893907</p> <p>Assinado de forma digital por FABIANO BALDESSAR DE SOUZA:01746893907 Dados: 2026.03.17 11:17:52 -03'00'</p> <p>FABIANO BALDESSAR DE SOUZA Prefeito de Otacílio Costa/SC</p>

TABELA DE ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS

Secretaria Municipal de Obras					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
1	47.021,94	LT	Óleo Diesel Comum	6,38	300.000,00

Assinado eletronicamente por:

* MILTON JOSE RUHER (***.964.889-**))

em 20/05/2026 08:22:00 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://otaciliocosta.eciga.consorcioeciga.gov.br/#/documento/5729cf41-ea27-4e4f-bee8-f174cdc0bc91>

